



Ata da 45ª (quadragésima quinta) Sessão ordinária do 1º (primeiro) Período Legislativo Ordinário, da 20ª (vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no dia 06 de dezembro de 2021, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim-ES, sob a Presidência do Vereador José de Oliveira Lima. À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores: **Alcione de Amorim Gomes, Antônio Carlos Helvécio, Erasto da Costa Rocha, João Bechara Netto, Júlio César Carneiro, Júlio César Ferreira de Magalhães, Lenildo Henriques, Lucimar Alves Soares, Paulo Sérgio de Toledo Costa e Renildo Nascimento Peçanha.** Havendo quórum regimental foi declarada em nome de Deus aberta a presente sessão. A Sessão teve início com a leitura da Bíblia. O vereador **João Bechara Netto**, anterior a leitura, fez o registro de pesar pelo falecimento do Sr. Eliézer Cardoso, morador de Joacima. **MATERIAL DE EXPEDIENTE: Ofício Externo Nº 135 /2021. Ementa:** Ofício IPREVITA Nº 205/2021 - Assunto: Participação de servidor no 9º Congresso Brasileiro de RPPS/ABIPEM e XIV Seminário Capixaba de Previdência da ACIP. **Autor: Diretor Presidente - Wilson Marques Paz. Indicação Nº 149 /2021. Ementa:** Indica que se inicie a pavimentação asfáltica com rede de drenagem pluvial e tratamento de esgoto na Rua Projetada sem saída, que faz ligação com a rua Pedro Raposo, no bairro Joacima, neste Município. **Autor: Antônio Carlos Helvécio. Indicação Nº 150 /2021. Ementa:** Construção de um Prédio novo para atender as demandas da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anacleto Jacinto Ribeiro em Campo Acima, neste Município. **Autor: Paulo Sérgio de Toledo Costa. Indicação Nº 151 /2021. Ementa:** Indica extensão de rede de energia elétrica para iluminação pública e residencial, na estrada principal que dar acesso a localidade de Ilha do Gato, neste município. **Autor: Erasto da Costa Rocha. Projeto de Lei Nº 66 /2021. Ementa:** Autoriza o poder executivo municipal a realizar repasse de recursos financeiros ao serviço autônomo de água e esgoto de Itapemirim – saae e dá outras providências. **Autor: Poder Executivo Municipal. Projeto de Lei Nº 67 /2021. Ementa:** Dá denominação de rua "Sérvulo Fernandes de Oliveira", em itaipava, neste município. **Autor: Júlio César Ferreira de Magalhães. Projeto de Lei Nº 68 /2021. Ementa:** Dá denominação de rua "Athayde José de Souza", na localidade do monte aghá, neste município. **Autor: Lucimar Alves Soares. Projeto de Lei Nº 69 /2021. Ementa:** Dá denominação de rua "Martinho Moreira", na localidade do monte aghá, neste município. **Autor: Lucimar Alves Soares. Projeto de Resolução Nº 2 /2021. Ementa:** Dispõe sobre a filiação da Câmara Municipal de Itapemirim à associação das câmaras municipais e dos vereadores do Espírito Santo – ASCAMVES, e dá outras providências. **Autores: José de Oliveira Lima, João Bechara Netto, Paulo Sérgio de Toledo Costa. Projeto de Resolução Nº 3 /2021. Ementa:** Institui o programa "câmara na comunidade" no município de Itapemirim. **Autor: José de Oliveira Lima.** Em seguida deu-se início ao **PEQUENO EXPEDIENTE:** O vereador **João Bechara Netto**, cumprimentou em especial os guardas municipais presentes que ali estavam aguardando a votação de um projeto de interesse deles. O vereador disse que tem sido muito questionado em relação a festa natalina do município de Itapemirim, disse seu posicionamento e o que pensa sobre este assunto, disse que jamais condenaria ou reprovava o natal de luz de Itapemirim pois sabe que famílias que não tem condição financeira boa, não tem condição de dar um presente para um filho na data do natal, disse que entende que o natal luz, a arrumação, é importante para preencher essa lacuna que atinge determinadas famílias pois muitos irão ali para se divertir já que em casa não tem com o que se divertir, passando necessidades. Disse novamente não questionar o natal luz, mas questionou os valores gastos para fazer o natal luz, disse ter informação que para montagem, desmontagem, enfeites e mão de obra, gastou R\$ 964.000,00 (novecentos e sessenta e quatro mil reais), como consta em diário oficial, com relação ao carrossel e a roda gigante R\$ 236.000,00 (duzentos e trinta e seis mil reais), com relação a cinco apresentações da orquestra de Guarapari R\$ 162.000,00 (cento e sessenta e dois mil reais), montante este de aproximadamente R\$ 1.500,00 (um milhão e quinhentos mil reais) somente com estes três itens. Disse ainda que faltou citar os valores gastos com estruturas, tendas, geradores de energia, arquibancada, sonorização, valores que irão passar de R\$ 2.000,00 (dois milhões de



reais). Disse que como vereador tem a função de cobrar a prestação de contas, disse que deve agir na mesma maneira e ousadia que o secretário de turismo teve quando veio a casa de leis falar sobre ata de registro de preço, disse que ele vereador faz o convite para este mesmo secretário volte a casa agora para prestar contas dos festejos natalinos de Itapemirim. Disse não ser hipócrita de dizer que a praça não esta bonita, pois está, disse novamente não condenar, já que aquele lugar é o local onde muitos que não tem condição, ir para passar o natal, mas novamente cobrou que tenha uma prestação de contas e que esta seja amplamente divulgada para toda a população de Itapemirim ter acesso, que caso não seja nos meios de comunicação da prefeitura, que seja no site da câmara municipal, disse que a população quer e precisa saber quanto se gastou no natal luz de Itapemirim. O **vereador Renildo Nascimento Peçanha**, saudou a todos, disse que há algum tempo aconteceu dois episódios com ele próprio, um na praia de Itaoca, o primeiro que ele foi multado pela polícia militar dentro do estacionamento do hospital com o carro parado falando ao telefone, disse ter ficado chateado, disse ter muitas pessoas que fazem coisas erradas e que multou ele desta maneira, o segundo episódio, aconteceu na praia de Itaipava, em frente as lojas caprine, disse que parou o carro, ligou o pisca alerta, a esposa entrou na loja e em seguida se retiraram, disse que enquanto estava parado foi abordado por uma viatura da guarda municipal, disse que os guardas estavam certos em aborda-lo pois foi numa condição educativa, portanto achou interessante, educador, disse ter muito respeito à policia militar, disse que expôs esses episódios e pediu à guarda municipal já que muitos estavam presentes que verificassem com "carinho" a questão do estacionamento nas praias de Itaoca e Itaipava, disse que já está se aproximando o verão, disse que no final de semana que passou se deparou com uma situação ruim pois muitas pessoas que vem de fora não tem respeito ao lugar, não tem respeito à guarda municipal, não tem respeito pela polícia militar e não tem respeito pela lei de trânsito, estacionando em qualquer lugar e fazendo o que bem entendem, pediu portanto que com a aproximação do verão, a guarda civil e a polícia militar agisse de maneira educada orientando essas pessoas que estacionam de maneira irregular, pois atrapalha o trânsito, atrapalha o comerciante, atrapalha até a população no caso de situações onde este dificultam o acesso até de bicicleta. O **vereador Júlio Cesar Ferreira de Magalhães**, cumprimentou a todos, parabenizou os trabalhadores da regional que cuidam muito bem do cemitério de Itaipava, registrou naquele momento uma preocupação que pode se tornar um assunto muito desagradável caso venha acontecer, relatou do cemitério de Itaipava que já se encontra pequeno e muito apertado, disse que já não há mais espaço para novos túmulos, disse que sabe que a prefeitura tem ido atras de conseguir um novo local mas sabe da dificuldade de se conseguir licença para tanto, mas disse que seria um erro muito grande "cruzar os braços" neste momento, disse que ao lado do cemitério tem espaços que podem ser adquirido, pediu ao vereador presidente José Lima em que a prefeitura poderia contar com a câmara para esta facilitar de alguma maneira para que este problema do cemitério de Itaipava fosse resolvido. Disse que vereadores já propuseram algumas idéias para a resolução. Disse que vai ser difícil e constrangedor quando acontecer de alguém perder um ente e ter que se deslocar para outro local porque no cemitério de Itaipava não tem espaço, finalizou pedindo todo esforço da administração para a resolução deste problema. O **vereador Lucimar Alves Soares**, cumprimentou a todos, disse ter sido questionado o motivo pelo qual não sobe à tribuna para falar, foi perguntado se está satisfeito como as coisas estão, disse que subiu esta vez para dar um resposta, respondeu perguntando como ele estaria satisfeito quando alguém sobe alguém para reclamar de ruas cheias de buraco, reclamar do hospital, relatou de como ele estaria satisfeito se muitos que o ajudaram ser eleito estão desempregados, disse que muitos ligam para cobrar emprego mas que ele não tem condição para isso, disse que nunca teve inimigos mas que hoje há pessoas que não conversam mais com ele, disse que somente ele e os vereadores sabem o que passa, devido a situações do dia a dia, pessoas pedindo emprego e eles não podem atender, disse que fica triste com isso tudo, disse que alguns que tem proximidade com o executivo quando tem uma reclamação consegue ir direto com este reclamar mas, quem não tem reclama pela tribuna da câmara, explicou isso e falou que por este



motivo não vai muito a tribuna falar, pois devido a sua proximidade com o executivo quando tem uma reclamação faz direto com este, agradeceu ao secretário Vinicius pelas estradas e melhorias feitas na comunidade de "Barro Roxo", deixou o agradecimento a este e finalizou. O **vereador presidente José de Oliveira Lima**, saudou a todos, disse chegar o fim do ano legislativo, agradeceu a Deus por ter cumprido em partes o trabalho, disse que quando ele foi eleito e um dos motivos por ele estar na câmara é porque confia em Deus e acredita nas pessoas de bem, disse que há muito para ser feito e encaminhado mas seu dilema é o que norteia seus trabalhos e atitudes. Disse que quando eleito foi dizendo ser a voz das comunidades mas disse que existe um distanciamento da comunidade, da população e dos poderes legislativo, executivo e judiciário, disse que tudo vem primeiro Deus e a população, disse que tudo é o povo pois é este que sustenta a sociedade, disse que muitas das vezes o povo é sem voz, citou do projeto que ele encaminhou para a câmara que é a "camãra nas comunidades" que é justamente para ouvir as demandas daqueles que moram distante e acabam ficando sem ter como recorrer, disse que com o projeto os vereadores poderão ir em cada distrito para ouvir a demanda deles, disse novamente que foi eleito para isso, para ser a voz das comunidades, disse que com o projeto eles vão para as comunidades para falar e também para ouvir e que de cada comunidade pode vir um questionamento, disse que isso é o cumprimento do papel do vereador, falou de outro projeto da mesa diretora que é a filiação na ASCAMVES, disse que o poder legislativo é o mais próximo da população, disse que o nome vereador vem de "ver a dor", que eles não estão ali para ficar calados, que deve falar, cobrar, disse que como a população cobra eles, eles devem cobrar o responsável por aquela determinada reivindicação. Em seguida passou-se para o **GRANDE EXPEDIENTE**: O **vereador Paulo Sérgio de Toledo Costa**, saudou e agradeceu a presença a todos presentes, começou falando de indicação feita ao executivo sobre uma escola municipal em Campo Acima que já não suporta mais o numero de alunos, disse da reunião que teve para que fosse adquirido um terreno para a construção de um novo prédio, disse que Campo Acima é uma comunidade que vem crescendo muito e com isso vem sofrendo muito com falta de estrutura na educação, disse que a comunidade ficaria muito agradecida com essa obra. Continuou na pauta da educação, disse que o município foi contemplado com um edital do governo do estado que beneficiou a comunidade Quilombola em Graúna, onde há uma escola com várias turmas, sendo dez turmas do ensino fundamental (1º ao 5º ano), quatro turmas (6º ao 9º ano), além de varios profissionais e professores atuantes que vem até de outros estados ou municípios, disse que desde o ano de 2014, com muita luta vem tentando e que agora conseguiu esse edital, para contratação de profissionais, professores, pedagógicos, disse que primeiro critério para ingressar no mesmo é ser Quilombo, morando e residindo na comunidade Quilombola da Grauna, disse estar muito feliz porque atualmente não há professores que trabalham ali e são da localidade, mas graças a este edital todos os profissionais poderão ser da localidade, disse que isso é muito gratificante pois é oportunidade para o povo da localidade, pediu ao professores, moradores e alunos dessa localidade que continuem estudando porque embora seja uma comunidade carente, há ali varios professores muito qualificados, no entanto, iniciou os estudos muito tarde e quando formados as vagas já haviam sido preenchidas, mas agradeceu que agora estes terão uma grande oportunidade com este edital. Disse que esta é uma vitória muito grande pois a única escola estadual Quilombolo que tem no estado é a de Grauna em Itapemirim, disse que a escola é muito organizada onde os alunos ao chegar recebem o desjejum, há a merenda no intervalo e antes de sair almoçam, já os alunos da tarde, almoçam, recebem a merenda no intervalo e também tomam café antes de ir embora no final da tarde. Disse em tão triste, mas de orgulho, que ali há muitas famílias de extrema carência, mas que graças a Deus a alimentação que as crianças tem durante o dia, é no período que estão na escola. Disse que a escola tem feito muito a diferença na vida das famílias que ali reside, já que muitos sobrevivem de cesta básica e vale feira, disse que durante a pandemia cada aluno matriculado recebia duas cestas básicas por mês, por isso louva muito a Deus pela escola que tem naquela localidade. Disse ainda que vem lutando para que as turmas de ensino fundamental do 1º ao 5º ano não seja municipalizado, pois antigamente com



muita luta conseguiu deixar o prédio antigo e ir para o prédio novo da escola, disse ter medo de caso essas turmas sejam municipalizadas os alunos sofram com má alimentação e local inadequado, disse saber que a responsabilidade do ensino infantil é do município, mas disse que por ser uma escola diferenciada e não dramatizando a situação, manter esse ensino fundamental como está seria de suma importância. Encerrou sua fala quando agradeceu a secretária de esportes Ana Carla pelo encerramento do campeonato municipal. O **vereador João Bechara Netto**, no seu tempo tratou do assunto que é direito dos servidores mas que o prefeito está usando para dar como presente de "grego" para estes, citou o facecard que já esta judicializado pelo sindicato dos servidores municipais junto ao forum para que o judiciário obrigue o prefeito a pagar o que é direito dos servidores, disse que paralelo a isso o prefeito não satisfeito com as alterações feitas à lei pela câmara onde, o poder executivo deveria converter o valor do benefício refeição do cartão no mesmo valor ao auxílio alimentação e também a revogação de toda a parte onde destacava o uso do cartão. Disse que com esse projeto de lei a câmara gerou uma obrigatoriedade para que ele viesse a converter pois a partir do momento que foi aprovado já não existia mais o benefício refeição e sim o auxílio alimentação que era de R\$ 700,00 (setecentos reais) somando os R\$ 300,00 (trezentos reais) do antigo facecard agora convertido. Disse que algo o deixa muito preocupado porque o município judicializou a lei e arguiu ser inconstitucional o artigo que alterou, disse ter informação que o município quer manter revogada a sessão da lei que acaba com o cartão, porém quer acabar com o restante, ou seja, o auxílio alimentação e com isso o servidor ficaria sem nada, disse que piorou porque na ação cível pública (processo em questão) após audiência realizada no dia 09/11/2021 onde o município não manifestou nenhum interesse em fazer algum tipo de acordo, seja pagamento parcelado ou amortização e ainda para a audiência não terminar sem um consenso o sindicato propos de apresentação uma proposta mesmo o município não tendo interesse, o vereador disse que não sabe até que ponto o sindicato está do lado do servidor, já que ao seu ver o sindicato e município já tinha um acordo verbal, disse ainda ser muito complicado ter um acordo verbal com um chefe de poder que não cumpre com sua palavra, disse que para ele ambos estão usando o servidor como objeto de manobra e que quem pagará a conta de ficar sem o auxílio são os servidores. Disse que não entende porque o município não paga já que tem dotação para isso, que se o município questiona ser inconstitucional, porém pagou uma parte (janeiro à agosto) e isso mostra que na lei não há nada de inconstitucional. Voltou a ler a redação do artigo em questão que a prefeitura julga inconstitucional, este diz que o município deve converter o valor do antigo cartão em auxílio alimentação e em pecúnia para garantir direito adquirido dos servidores públicos municipais. Disse que essa situação é uma bomba na mão do tribunal de justiça pois se a prefeitura conseguir o que propoe na justiça, nem auxílio alimentação os servidores teriam mais, o vereador disse que isso é tudo vaidade do prefeito em não aceitar as emendas propostas pela câmara para ajudar o servidor, disse que o prefeito quer aparecer sozinho, disse que se a câmara não tivesse feito as emendas e deixado a lei como o prefeito queria as coisas não estariam neste ponto. O vereador disse que após saber disso tudo que vem acontecendo que não acredita que o sindicato represente o servidor público e que quem realmente os representa são eles mesmo. Disse que tem a impressão que o servidor é usado pela sindicato junto a prefeitura e que isso passe a impressão de que o servidor esteja errado, que a câmara errou nas emendas, citou isso porque lembrou que o presidente do sindicato estava permanentemente em reuniões na câmara relatando os abusos que o servidor sofria mas este agora faz live pela internet dizendo que a câmara está errada e que esses abusos e entre outros não existe mais. Disse que lidar com esse tipo de pessoa que não tem posicionamento firme no que defende e gosta do "oba oba" é a pior coisa do mundo. Disse que uma bandeira que ele sempre defendeu e irá defender é o funcionalismo público com a identidade de cada servidor e não com a do sindicato. Voltou a dizer que quem defende o servidor é o proprio servidor e disse que ele como vereador abraça a causa mas que não envolvam mais o sindicato. Entregou para o procurador geral da câmara o papel de andamento da ação direta de inconstitucionalidade para que este acompanhe o processo, disse



que tem a informação que a câmara não foi intimada para se manifestar no processo sendo que requerido na ação está o presidente da câmara, disse como ser possível julgar esta ação sem ouvir a câmara, disse não saber se é de forma tendenciosa que o cartório da vara cível não deixou a intimação chegar na câmara mas que alguma coisa estranha aconteceu e está acontecendo, disse que os servidores estão próximos de ser lesado e perder seus direitos sem se quer a câmara se manifestar em um processo que está como parte legítima, que é quem propôs as emendas ao projeto para defender os interesses dos servidores, disse que por isso a câmara tem que se manifestar, para continuar defendendo os interesses dos servidores. Disse que conversou pessoalmente com o procurador da câmara para este ir ao tribunal de justiça ver como está o processo e a possibilidade da câmara se manifestar neste, antes que ele seja julgado, pediu para que o procurador faça o que for possível para defender o interesse dos servidores e para tentar reverter as manobras que foram feitas escondidas e que vai prejudicar os servidores. Para finalizar fez um apelo ao prefeito para que este pague o valor do antigo facecard. O **vereador presidente José de Oliveira Lima**, agradeceu ao vereador João Bechara pela cobrança, disse que espera boas notícias, disse que o quadro de funcionário da prefeitura é muito bom, disse que R\$ 300,00 (trezentos reais) do antigo facecard pode parecer pouco mas que no somatório de todos os meses atrasados seria um bom valor e que ajudaria muito a todos, principalmente os funcionários de salário mais inferior, pediu ao líder do governo vereador Renildo que possa fazer uma interlocução com o executivo para uma resolução do problema do pagamento do antigo facecard porque isso vai fazer uma grande diferença. Disse que recebeu uma reclamação vinda do hospital evangélico litoral sul onde uma funcionária do mesmo não pode ser atendida no pronto socorro do mesmo e acabou sendo atendida na UPA de Marataízes, disse que se está desta forma para o próprio funcionário do hospital como está para a população de fora em geral, pediu ao executivo que tem um médico como prefeito para que olhe pela saúde do município, disse que precisa ir aos hospitais seja ele próprio ou para levar alguém e lá vê que realmente o município deixa muito a desejar na saúde, disse ser lamentável ter que sempre estar tocando neste assunto. Disse que lembrar do atendimento público atual do município é complicado, disse que em relação ao interior não há o que falar porque parece que esqueceram deste pois está abandonado mas disse esperar uma melhora com a troca do secretário, disse que tudo que o município vem passando são tudo coisas que são possíveis de serem feitas mas que não estão. Disse que Itapemirim tem um problema, mas que não é falta de recurso e sim um mal gerenciamento da coisa pública, incapacidade. Disse que a coisa pública precisa ser conduzida com seriedade e respeito, lembrou dos questionamentos do vereador João Bechara em relação ao natal luz, disse que realmente é legal e bonito mas que o grande problema reinterou ser os excessos com gastos. Disse que a câmara está ali para fiscalizar, assim como o tribunal de contas, mas disse que não se precisa disso quando se faz uma gestão com seriedade e respeito, tratando e dando importância principalmente as coisas básicas, disse que deve se investir todos os dinheiros de impostos e outros em serviço de qualidade para a população, disse que infelizmente há muito tempo não se vê isso em Itapemirim. Disse que não há novidades em relação a ser oposição ou não e sim a realidade que passamos já que com a condição financeira que o município tem, este deveria ser um modelo no estado do Espírito Santo, disse que infelizmente é modelo de coisas ruins, por isso disse que não pode falar que está bom. Repetiu o que disse no pequeno expediente, que acredita em Deus e nas pessoas de bem, que existe pessoas de bem mas que há muitos ruins e que só vai para o setor público para se dar bem, reiterou que o serviço público do município de Itapemirim tem que melhorar muito, disse que um município com um orçamento de mais de meio bilhão de reais não pode falar que temos ou teremos problemas, citou o problema de falta de espaço do cemitério de Itaipava. Disse que quando a coisa pública for tratada com seriedade e respeito as coisas irão se resolver e todos vão viver bem, disse que confia que isso uma hora vai acontecer. Não havendo mais inscrição no Grande Expediente, passou-se então para a **ORDEM DO DIA: Projeto de Lei Complementar Nº 10 /2021. Ementa:** Altera a lei complementar nº 184, de 29 de dezembro de 2014 - plano de carreira dos servidores públicos do quadro da guarda civil municipal de itapemirim



– e dá outras providências. **Autor: Poder Executivo Municipal.** O vereador **João Bechara Netto**, fez uma sequência do andamento do processo do projeto, que pediu vista quando este estava na pauta da sessão do dia 23/11/2021 (43ª sessão), após isso fez despacho do mesmo no dia 26/11/2021 onde solicitou que o projeto de lei fosse encaminhado ao procurador geral da câmara para que avaliasse a real necessidade de novo parecer jurídico diante das informações prestadas pelo executivo municipal no expediente mencionado anteriormente e que após manifestação ou não da procuradoria legislativa o processo seja encaminhado para a comissão de finanças e orçamentos para elaboração de parecer e após o cumprimento dos trâmites regimentais e legais solicitou que o projeto fosse incluso na pauta para apreciação em regime de urgência simples e alertou para o recesso parlamentar que se aproxima. Após ciência da presidência, encaminhou para o procurador geral para novo parecer. Leu que o parecer jurídico antes desfavorável com as informações prestadas pelo executivo municipal em consequência do despacho da câmara afim de deixar o projeto regularmente instruído agora foi apresentado favorável, demonstrando que o projeto não implica em aumentos de despesa e assim não ferindo a lei 173/2020. Em seguida a comissão de legislação, justiça e redação final manteve o parecer já apresentado anteriormente, acompanhando o novo parecer jurídico exarado pelo prosseguimento legal do processo. Em seguida o processo foi encaminhado para comissão de finanças e orçamento que emitiu parecer favorável seguindo o novo parecer citado da procuradoria do legislativo. Por fim o vereador pediu pela urgência simples do projeto para que o mesmo fosse concluído na data da mesma sessão. A **urgência simples** foi colocada em votação, sendo aprovado de maneira unanime. O projeto foi colocado em **discussão única**: O **vereador João Bechara Netto**, disse que havia pedido vista na sessão do dia 23/11/2021, percebeu que alguns guardas não entenderam bem, disse que pediu calma para que tudo fosse resolvido da melhor maneira possível para que não ficasse brechas de nenhuma possível nulidade futura devido algum erro de tramite legislativo, disse que nada que ele fez foi para travar a guarda e sim para ajudar pois é uma pessoa que apreça muito o trabalho deles, disse que defende muitos eles para que tenha uma estrutura melhor de trabalho e outra coisa que é o porte de arma, disse que esse assunto do porte é algo que causa polêmica, mas que julga necessário, disse que a guarda presta serviço muito relevante para a sociedade inibindo crimes sem ter estrutura ou a mínima condição de se defender, disse que espera que com esse e outros dois projetos da classe aprovados que o executivo municipal dê a categoria os devidos reconhecimentos que merecem ter; aumentando o número de guardas aproveitando do concurso público que teve, disse que muitos aguardam ser chamados e que este é o momento, disse que isso aumentaria a segurança dos distritos, comunidades, disse que com essas novas três leis em vigor a guarda terá uma nova estrutura mas que precisa de convocar mais pessoas do concurso para ter um efetivo à altura da estrutura, disse que assim vai conseguir se atingir o interesse público e sanar um pouco os questionamento da população em relação a segurança. Disse que os guardas trabalham numa sobre carga muito grande e que é essencial que faça as mudanças como se fez no estatuto, criando regulamento próprio de guarda civil municipal e agora a alteração no plano de carreira, disse esperar que o executivo faça cumprir essas leis e reconheça a categoria como importante mola mestra na segurança pública municipal, disse que quando o governo do estado falha com a segurança pública quem faz o que pode para garantir isso é a guarda municipal, disse que enquanto casa de leis precisa reconhecer a importância fundamental que tem a guarda civil municipal e fortalecer essa instituição, pois muito ainda há de se fazer para se chegar no ideal para satisfazer o clamor social pela segurança pública. O **vereador Júlio César Carneiro**, cumprimentou a todos, aproveitou a representatividade da guarda e fez um clamor por um pedido de indicação que ele fez de abono a todos os servidores do município no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), disse que foram tempos difíceis para todos, porém disse que todos se dedicaram a todo momento e deu exemplo da própria guarda civil, disse que seria justo esse abono a todos os servidores, disse saber da lei que impede isso até 31/12/2021, mas pediu que após essa data fosse pensado e feito este pagamento visto que seria muito importante até mesmo



para potencializar o comércio do município e também dar dignidade aos servidores que zelam pelo município, parabenizou a guarda e disse estar sempre à disposição para eles. O projeto foi colocado em **votação única e foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Nº 64 /2021.**

Ementa: Altera a lei nº 3.254 de 21 de outubro de 2021, que autoriza o ingresso do município de Itapemirim-ES no consórcio público da região polo sul - cim polo sul, cria a pessoa jurídica suporte do cim polo sul, e dá outras providências. **Autores: João Bechara Netto, Alcione de Amorim Gomes, Antônio Carlos Helvécio, Erasto da Costa Rocha, José de Oliveira Lima, Júlio César Carneiro, Júlio César Ferreira de Magalhães, Lenildo Henriques, Lucimar Alves Soares, Paulo Sérgio de Toledo Costa, Renildo Nascimento Peçanha.** O vereador João Bechara Netto. O vereador pediu para que o mesmo entrasse em urgência simples. A **urgência simples** foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. O projeto entrou em **discussão única.** O vereador João Bechara Netto, disse que quando a câmara aprovou, autorizou o executivo ingressar no cim polo sul, foi para ter o serviço do SAMU, mas que até hoje ele não tem informação do mesmo, disse que já faz dois meses que a lei entrou em vigor, disse que não é esse o objetivo da discussão mas fez um alerta. Explicou o motivo de propor alteração na lei, disse ser uma revogação simples, onde revoga o inciso 10 do artigo 7 da lei, explicou o que dizia o inciso para que fique claro o motivo da discussão, leu o artigo e inciso que dizem ser objetivos do cim polo sul o planejamento, a gestão e administração dos recursos da previdência social dos servidores dos entes da federação que engloba o consórcio, neste ponto explicou que quando o projeto foi apreciado os vereadores não se atentaram ao risco deste inciso do artigo, disse que atualmente o planejamento, gestão e administração dos recursos da previdência é feito com muito louvor pelo Iprevita, disse que a não revogação deste artigo e inciso e a gestão desastrosa do município pode levar o prefeito a querer acabar com o Iprevita e colocar essa gestão nas mãos do consórcio. Disse que na lei orgânica municipal em seu artigo 13 inciso 3º, esclarece "é da competência exclusiva da câmara municipal resolver definitivamente sobre convênios, consórcios ou acordos que acarretem em cargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal", disse isso ser representado no presente caso, disse que a câmara nesta revogação está resolvendo um impasse da lei do cim polo sul que em um futuro próximo poderá causar compromisso gravoso ao patrimônio, ou seja, quem iria gerir os recursos do município, Iprevita ou cim polo sul, para evitar problemas futuros e preservar o Iprevita propôs a revogação do artigo 7 inciso 10, disse que isso tira a possibilidade do cim polo sul fazer a gestão daqueles recursos, disse que a não revogação poderia gerar conflitos em quem administraria os recursos, disse que parece ser algo simples mas não, disse saber que para isso acontecer teria que extinguir o Iprevita e para isso precisaria de plebiscito, lei específica, consulta pública, mas disse que para resguardar ainda mais o Iprevita é importante a revogação. Disse que há lei municipal que dá ao Iprevita autonomia administrativa e financeira, disse que na lei orgânica do município também há normativa que assegura aos servidores públicos municipais participarem por eleição nos colegiados de ação pública onde seus interesses sejam objetos de discussão ou deliberação. Disse que o Iprevita tem todo um organograma com servidores de carreira, disse que no cim polo sul o servidor público não teria essas garantias. Disse novamente que a revogação é para que o pior não aconteça com o Iprevita, disse que a câmara trabalha em prol dos servidores, disse que foi da mesma forma que trabalhou quando evitou que o SAAE pudesse sofrer uma privatização, disse que assim lutará pelo Iprevita que é a única unidade gestora de regime próprio de previdência do município. O projeto entrou em **discussão única sendo aprovado de maneira unanime. Projeto de Lei Nº 65 /2021.**

Ementa: Dá denominação de rua "Maria Porto Benevides", na localidade do gomes, neste município. **Autor: Lucimar Alves Soares.** O vereador presidente José de Oliveira Lima, colocou o projeto em votação pela **urgência simples**, sendo aprovado por unanimidade. O projeto entrou em **discussão única**, o vereador Lucimar Alves Soares, pediu a colaboração de todos os edis para a aprovação do projeto que foi pedido de um grande amigo, pois a família desta senhora a qual denomina o nome da rua são pessoas antigas do Gomes, pessoas que ajudaram a fundar o Gomes, disse que o filho dela pediu encarecidamente que fizesse essa homenagem.



O projeto entrou em **votação única e aprovado por unanimidade. Projeto de Lei N° 63 /2021.** **Ementa:** Institui medidas de prevenção, combate e controle relacionado ao desperdício dos recursos públicos e à corrupção e dá outras providências. **Autor: Júlio César Carneiro.** O **vereador presidente José de Oliveira Lima**, colocou o projeto em votação pela **urgência simples**, sendo aprovado por unanimidade. O projeto entrou em **discussão única**. O **vereador Júlio César Carneiro**, disse que para deixar mais claro o objetivo da lei para que a população compreenda, explicou que vivemos um tempo e mundo complicado, disse que esse método a ser adotado é em relação ao cumprimentos dos contratos que vier a firmar a partir de agora, disse que isso trará transparência e comprometimento das pessoas jurídicas ou seja empresas que vierem prestar serviço ao município darão garantias do cumprimento do contrato para que o município não seja lesado em fraudes tanto de corrupção ou de desperdício público, disse que este projeto de lei além de tornar mais transparentes as atividades relacionadas as licitações do município, também vai colaborar para que o cidadão tenha mais participação no controle dos gastos públicos, disse que se tornou um clichê a fala do controlar, mas que os políticos pecam muito e a população também, deu como exemplo a votação do orçamento anual de mais de meio bilhão de reais onde não havia representantes da população no plenário acompanhando, disse que está na hora de agregar mais conhecimento e controle de gastos aos munícipes e município, disse que assim o município poderá mostrar ser forte e conseguir trazer empresas para a localidade e qualificar as pessoas, disse que a população e o município tem que se organizar e acabar com a cultura do assistencialismo, disse que deve ajudar as pessoas quando precisa mas que isso não pode ser para sempre, disse que esse projeto de lei além de ser para prevenir e combater a corrupção é para também trazer um alerta para a população onde todos tem que sair da zona de conforto, planejar e construir o futuro, disse que a partir do momento que o município se engaje junto à população para um sistema educacional presente e técnico principalmente, que este passará a ser atração para a vinda de empresas, disse que o município que vive à base do assistencialismo não é atrativo para ninguém, disse que esse assistencialismo faz com que as pessoas não busquem se qualificar, finalizou dizendo que após aprovação esta lei seria enviada a todos os órgãos de controle, tribunal de contas tribunal de justiça, polícia federal, polícia civil, ministério público, órgãos que ele pediu que tenham total veemência e presença dentro de nosso município para realizar os seus trabalhos, disse que este projeto irá contribuir com as informações necessárias para facilitar já que quem está efetivamente aqui tem mais facilidade e clareza do que os órgãos que estão fora a respeito da prefeitura. O **vereador João Bechara Netto**, disse que a ideia do projeto é muito interessante, fantástica, no entanto disse que algo passou despercebido dentro da técnica legislativa que é a adequação da lei, dos artigos, dos incisos e dos parágrafos, disse não ter tempo hábil para isso, mas que ficaria muito bom essa adequação, disse isso segundo ele para que ficasse de alerta para todos essas questões de formatação, de técnica legislativa, citou o funcionário da casa, Rodrigo, disse que este pode ajudar muito, disse não estar chamando atenção com isso, somente alertando para que isso seja passado pelas comissões, disse que isso não impede e nem tirou o brilhantismo do projeto de lei e disse que seu voto será favorável. O **vereador Júlio César Carneiro**, disse acatar tudo que o vereador João Bechara falou e disse que poucos municípios no país tem esse tipo de lei vigente por ser uma matéria complexa e nova, disse que por isso um pouco de dificuldade na formatação por parte do corpo jurídico mas que isso seria revisto. O projeto entrou em **votação única e aprovado de maneira unanime**. O **vereador João Bechara Netto**, disse que havia algumas atas (38ª, 39ª, 40ª sessões ordinárias, 2ª sessão extraordinária e a ata da sessão solene) para apreciação. O **vereador presidente José de Oliveira Lima**, colocou as atas para aprovação, sendo aprovadas de maneira unanime. O **vereador João Bechara Netto**, questionou se estava certa a sessão extraordinária do dia 13/12/2021 para a votação da LOA (lei orçamentária anual) e lembrou da sessão ordinária do dia 14/12/2021, a última antes do recesso. O **vereador presidente José de Oliveira Lima**, agradeceu a Deus por mais uma sessão de trabalho, disse que estava mantida a sessão extraordinária para o dia 13/12/2021 e a sessão ordinária do dia



14/12/2021. Agradeceu a participação da guarda civil municipal, do público e internautas que acompanharam a sessão até aquele momento e também os vereadores, disse que embora todos os vereadores tenham um pouco de diferença onde um fala mais e outros menos que isso ajuda muito a casa, disse que há um respeito muito grande entre eles, agradeceu aos funcionários da casa com o termino do ano legislativo, disse que Deus tem abençoado a todos eles e conduzido bem os trabalhos. E não havendo mais nada a ser tratado, declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.


José de Oliveira Lima

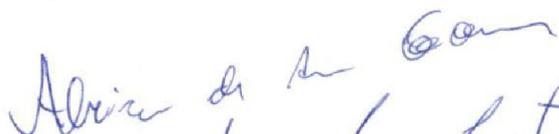
Presidente


Paulo Sérgio de Toledo Costa

Vice-Presidente

DEMAIS EDIS:


Renildo Nascimento Peçanha
Aurelio Henrique


Eduardo da Costa Rocha
ANTONIO CARLOS HELVÉCIO
Julio César Ferreira de Magalhães
Durvaldo de Souza